



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**  
 Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>  
 Tribunal de Justiça

**Ata Nº 183 de 25 de setembro de 2018.**

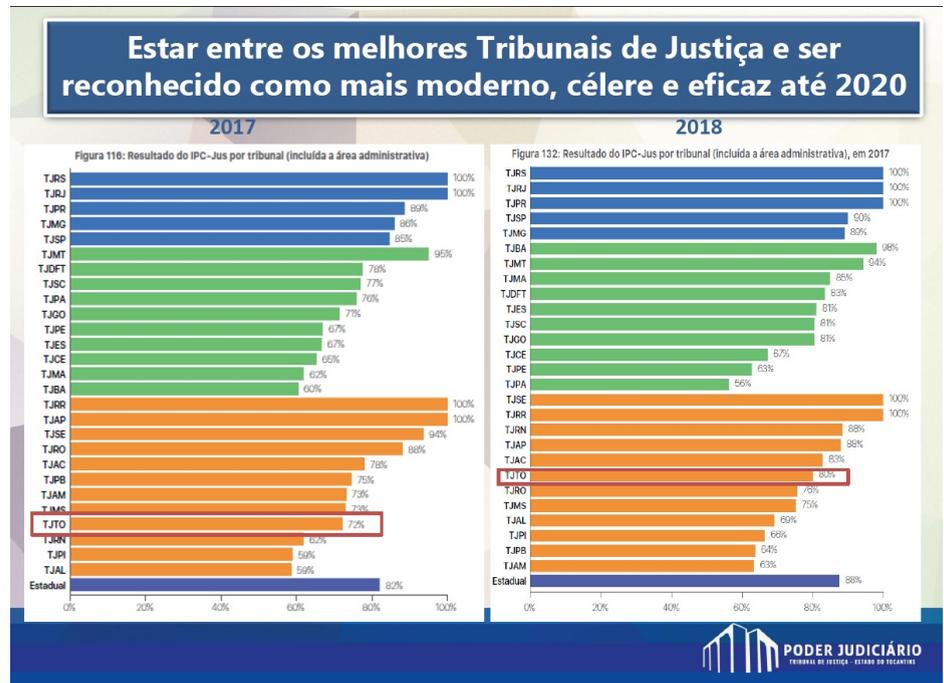
**PRESIDÊNCIA/DIGER/COGES/PLANE**

**ATA DA 2ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA PELA EQUIPE DE LÍDERES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - RAE - 2018**

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 2018, no Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça, ocorreu a **2ª Reunião de Análise da Estratégia - RAE** pela equipe dos **Líderes** do Planejamento Estratégico para fins de conhecimento e deliberações acerca dos resultados do Justiça em Números 2018 (referência 2017) e resultados parciais das Metas Nacionais 2018.

Às 9h o Presidente, **Desembargador Eurípedes Lamounier** deu início à reunião acolhendo os Líderes do Planejamento Estratégico, o **Desembargador Moura Filho**, Vice-Presidente, o **Desembargador Helvécio Maia Brito Neto** - Corregedor-Geral da Justiça, o **Desembargador João Rigo**, Vice-Corregedor-Geral da Justiça, a **Desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe**, representante dos Magistrados de 2º Grau, **Dr. Roniclay Alves de Moraes**, Presidente do Comitê Gestor de Primeiro Grau, **Francisco Cardoso Filho**, Diretor-Geral e ainda os convidados Dr. Adriano Gomes de Melo Oliveira e Dr. Esmar Custódio Vêncio Filho, Juizes Auxiliares da Presidência, Sandro Mascarenhas Neves, Chefe de Gabinete da Presidência e os Diretores Setoriais Francisco de Assis Sobrinho, Diretor Judiciário e Vanusa Bastos, Diretora da CECOM. Presentes ainda a equipe da COGES, o Coordenador de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos - José Eudacy Feijó de Paiva, João Ornato Benigno Brito, Assessor de Projetos, Elizabeth Maria Lima Barbosa Pugliesi, Assessora Técnica e Anna Paula de Almeida Cavalcanti Ribeiro, Analista Judiciário.

Em seguida, o Coordenador da COGES, José Paiva, fez sucinta explanação acerca dos dados a serem demonstrados que tratam de alguns resultados do TJTO no Relatório Justiça em Números 2018 e a aferição parcial do desempenho nas Metas Nacionais. Assim, passou a palavra para o Assessor de Projetos, João Ornato, que iniciou lembrando a Visão do Poder Judiciário tocantinense, aprovada na Resolução nº 24/2014, que instituiu o Planejamento Estratégico para o período 2015-2020: **Estar entre os melhores Tribunais de Justiça e ser reconhecido como mais moderno, célere e eficaz, até 2020.**



Apresentou a comparação do Índice de Produtividade Comparada - IPC-Jus entre 2017 e 2018 em que o TJTO saiu de 9º colocado dos Tribunais de Justiça de pequeno porte para 6º lugar. O resultado está diretamente relacionado ao esforço realizado para o julgamento e baixa de processos.

A seguir foram analisadas as variáveis básicas do Justiça em Números, quais sejam: casos novos, pendentes, baixados e sentenças.

Dados Gerais do TJTO	2017			2018	%
	1º sem	2º sem	total	1º sem	1s17x1s18
<b>Casos Novos</b>	<b>74.473</b>	<b>77.599</b>	<b>152.072</b>	<b>73.956</b>	<b>-0,7%</b>

					- 517
<b>Casos Pendentes</b>	<b>302.698</b>	305.404	305.404	<b>310.004</b>	<b>2,4%</b> <b>7.306</b>
<b>Processos Baixados</b>	<b>85.170</b>	75.248	160.418	<b>78.392</b>	<b>-8,0%</b> <b>-6.778</b>
<b>Sentenças</b>	<b>76.641</b>	76.417	153.056	<b>73.639</b>	<b>-3,9%</b> <b>-3.002</b>

A análise foi realizada no confronto dos resultados do 1º semestre de 2017 e 1º semestre de 2018 e demonstrou uma queda no desempenho, que pode vir a comprometer a colocação do TJTO no IPC-Jus. As informações por segmentos estão contidas no Anexo I - Apresentação RAE, evento 2225656.

Ainda no tópico do Justiça em Números, o próximo ponto abordado foi a Execução Fiscal. Foram exibidos os dados referentes casos novos, sentenças, sentenças homologatórias de acordos e os casos sobrestados conforme a seguir:

Execução Fiscal Profiscal	2017			2018	%
	1º sem	2º sem	total	1º sem	1s17x1s18
<b>Casos Novos em Execução Fiscal</b>	<b>1.483</b>	3.918	5.401	<b>7.484*</b>	<b>404,7%</b> <b>6.001</b>
<b>Sentenças em Execução Fiscal</b>	<b>9.177</b>	6.888	16.065	<b>5.086</b>	<b>-44,6%</b> <b>-4.091</b>
<b>Sentenças Homologatórias de Acordos</b>	<b>8.683</b>	6.879	15.562	<b>7.960</b>	<b>-8,3%</b> <b>-723</b>
<b>Execuções Fiscais Sobrestadas ou suspensas ou em Arquivo provisório</b>	<b>12.938</b>	15.334	28.272	<b>14.862</b>	<b>14,9%</b> <b>1.924</b>

\* A Comarca de Porto Nacional corresponde a 68%

Passando ao tema seguinte, foram apresentados os resultados parciais das Metas Nacionais:

Meta	Descrição	Desempenho	Referência
<b>Meta 1</b>	Índice de julgamento dos processos de conhecimento	<b>TJTO - 92,6%</b> 2º Grau - 94,0% 1º Grau - 94,1% Turmas Recursais - 60,4% Juizados Especiais - 94,6%	Fonte: Sistema de Metas Nacionais agosto/2018
<b>Meta 2</b>	Índice de Julgamento de processos antigos	2º Grau - 107,7% 1º Grau - 31,3% Turmas Recursais - 36,4% Juizados Especiais - 55,6%	Fonte: Sistema de Metas Nacionais agosto/2018
<b>Meta 4</b>	Índice de julgamento das ações de improbidade e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública	2º Grau - 88,6% 1º Grau - 19,71% Turmas Recursais - 20,40% Juizados Especiais - -	Fonte: Sistema de Metas Nacionais agosto/2018
<b>Meta 5</b>	Impulsionar processos à execução	111,11%	Fonte: Sistema Cenarius TJTO setembro/2018
<b>Meta 6</b>	Índice de julgamento das ações coletivas	2º Grau - 60,5% 1º Grau - 33,6%	Fonte: Sistema de Metas Nacionais agosto/2018
<b>Meta 8</b>	Fortalecer a Rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres	142,86%	Fonte: Sistema Cenarius TJTO setembro/2018

Acerca do desempenho das Metas 2, 4 e 6, foi informado que há uma solicitação feita pelo segmento da Justiça Estadual, da Rede de Governança Colaborativa, ao CNJ para o retorno do glossário ao mesmo 2017. No entanto há divergências de entendimentos quanto a esse ponto, o que foi esclarecido aos Líderes tendo em vista que a decisão tomada pelo CNJ impactará o grau de cumprimento das metas para a comunicação com a sociedade.

Sem mais assuntos a tratar, o Presidente encerrou a reunião agradecendo a presença de todos e, em especial, dos Desembargadores.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Eurípedes Lamounier, Presidente**, em 04/10/2018, às 20:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Alves Cardoso Filho, Diretor Geral**, em 08/10/2018, às 18:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **2215524** e o código CRC **BAD85271**.